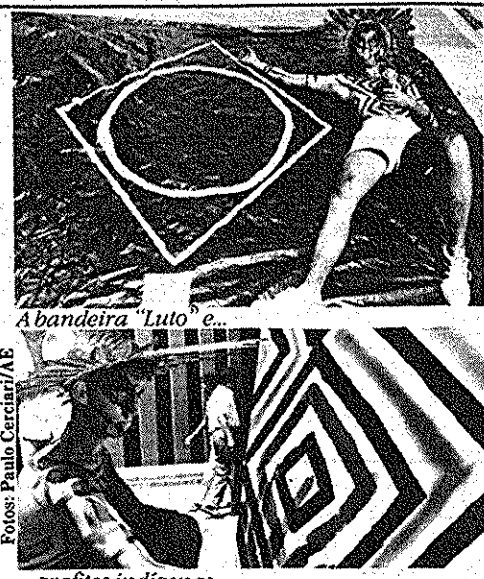


Ambiente

Representantes de 37 nações indígenas protestam contra a hidrelétrica de Cararaó



Em seus discursos, os caciques mostraram-se firmes, mas evitaram ataques diretos à UDR.



...grafites indígenas.

Um projeto pacífico contra hidrelétricas no Xingu

Os grafiteiros e artistas plásticos de São Paulo se reuniram, ontem, às 13 horas, na esquina da avenida Paulista com a rua Augusta, para protestarem contra a construção das hidrelétricas no Xingu. O protesto foi pacífico, tanto que nem mesmo o trânsito atrapalhou. Cada vez que o semáforo fechava, os artistas esticavam duas faixas com os dizeres "SOS Xingu. Contra Hidrelétricas".

O objetivo da manifestação é o de sensibilizar a população para o fato de os povos indígenas do Xingu e Alto Amazonas (tribos: Juruna, Xicrin, Parakanan, Arara, Asurini e Kararaó) estarem prestes a ter suas terras inundadas pelas hidrelétricas de Kararaó e Babaquara, projetos da Eletronorte nos Estados do Pará e Amazonas. Os artistas consideram a obra como o fim dos povos indígenas.

Entre os presentes no protesto estavam os artistas plásticos Maurício Villeça, Rodrigo dos Reis e Jean-Jacques Vidal, e a antropóloga Leinad Ayer de Oliveira Santos, coordenadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo e uma das autoras do livro "As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas". Foram feitos dois grafites durante a manifestação. O primeiro, num plástico preto, propunha uma nova bandeira nacional chamada "Luto". E o outro grafite dizia: "Eletronorte = Crime". A manifestação foi marcada para ontem em apoio ao I Encontro das Nações Indígenas, realizado em Altamira, na Amazônia, que irá durar cinco dias.

O Estado brasileiro, um réu no tribunal ecológico.

O engenheiro agrônomo e ecologista gaúcho José Lutzemberger será o principal conferencista do Tribunal Amazônico da Natureza, que será instalado hoje à tarde em Belém e que pretende colocar o Estado brasileiro no banco dos réus por sua política de ocupação da região amazônica. O tema de Lutzemberger, que recebeu recentemente o prêmio Nobel alternativo de ecologia, será "Estado e Ecologia no Brasil". O tribunal será realizado no auditório do Centro Cultural de Belém e, segundo seus organizadores, está integrado ao I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, que se realiza esta semana em Altamira, também no Pará. Além de Lutzemberger, participarão do tribunal o promotor Luís Ismaelino Valente, que atuará na acusação, ficando a defesa do Estado a cargo do criminalista Américo Leal. Ao final do encontro, será divulgado o resultado do julgamento, feito por um júri popular.

Líderes estrangeiros em Altamira: "para aprender".

Com um elegante conjunto branco, de calças e camisa de mangas compridas, faixa e bolsa coloridas com motivos indígenas de seu país, Jenaro Domingo circulava ontem com desenvoltura entre Kayapós, Xavantes e Kraos. Diferente dos brancos brasileiros e estrangeiros, que marcavam a abertura do I Encontro das Nações Indígenas do Xingu profanando a cerimônia — a maioria pisava nas folhas de palmeiras sagradas dispostas em torno dos índios —, ele manteve-se à distância, até ser convidado a assisti-la sentado no chão ao lado de "companheiros de luta". Jenaro, líder da nação indígena mexicana Mexica e representante do Conselho Mundial dos Povos Índios neste encontro de Altamira, "veio para aprender, não para ensinar".

Jenaro veio propor a solidariedade. Veio contar que as madeiras e os projetos turísticos expulsaram índios mexicanos de suas terras. Lá, eles se sentem, também, algumas vezes, "como animais". Querem apenas vender nossos bonitos arcos e flechas para os turistas franceses e ingleses", reclamou, acusando que o governo do seu país é pródigo em conceder asilo político, mas não sabe bem como lidar com seu próprio povo.

Outro líder indígena que diz estar em Altamira para "aprender com os problemas do Brasil" é Pad Means, que lidera o subgrupo sioux Lakota, que fica no norte dos Estados Unidos. No seu país, Means também enfrenta problemas de invasão de suas terras por "multinacionais aliadas ao governo federal". Segundo ele, os índios estão levando seus problemas ao congresso norte-americano para conscientizar os parlamentares.

Discursos e passeatas. Mas a violência foi evitada em Altamira.

Não houve nem vencidos nem vencedores na abertura do Primeiro Encontro Nacional dos Povos Indígenas, realizado pelo Conselho Indigenista Missionário e pela Sopren, Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia: os defensores da usina hidrelétrica de Cararaó realizaram uma imensa passeata reunindo entre cinco mil e dez mil pessoas, enquanto os índios se recolhiam a uma chácara nas imediações de Altamira. Eles queriam evitar confronto com os partidários da inundação de seus territórios e florestas tradicionais.

O Encontro dos Índios foi aberto pela manhã com uma hora de atraso no Centro Comunitário da cidade, com a presença do presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, na condição de representante pessoal do presidente José Sarney, e de Ricardo Carvalho, representando o Ministério de Relações Exteriores. Sob a presidência do cacique Paulinho Paiaçã, o Encontro começou com a apresentação dos representantes das 37 nações indígenas reunidas em Altamira. O representante dos índios ianomamis fez um dramático depoimento, ao falar da situação de sua família vítima de invasões de garimpeiros, posseiros, madeireiros, que se "de um lado destroem a floresta e a nossa casa, por outro envenenam até a água que bebemos com um metal pesado que faz as mulheres abortarem e os homens ficarem loucos — o mercúrio". Eliane Potiguara, representando as tribos do litoral nordestino, denunciou "a transformação de nossos 30.000 irmãos em cacos humanos. Sem frutos, sem caça, sem peixe, expulsos de nossos rios e praias, somos o exemplo do que vai acontecer com os povos do Xingu, quando as hidrelétricas estiverem prontas".

Além dos vistosos cocares os caciques exibiram também muita habilidade diplomática, já que, logo cedo, resolveram suspender toda a programação vespertina "para que os defensores da barragem possam ter o direito de se manifestar livremente", como disse Paiaçã.

Ele acrescentou: "Não queremos deixar o homem branco às escuras, mas não podemos permitir que essa luz nasça da destruição de milhares de hectares de florestas repletas de vida ainda não inventariada ou avaliada pelo homem branco". Pouco antes, ele se reuniu com representantes da UDR, Associação Comercial, Rotary Club, Polícia Militar e Prefeitura de Altamira.

Os caciques deixaram claro que não aceitarão trocas ou barganhas na questão da barragem de Cararaó, pois esta, segundo eles, vai destruir todo o ecossistema, do Vale do Rio Xingu, "e, não podemos consentir



A UDR organizou uma passeata

com este massacre de seres humanos, animais, e princípios que regem a mãe natureza" — afirmou o cacique Pokoretui, o mais antigo dos líderes indígenas presentes.

Outro cacique, Gilberto Macuxi, do Estado de Roraima, denunciou que sua esposa havia sido agredida no sábado por garimpeiros que já o colocaram na lista de pessoas marcadas para morrer.

Fernando César Mesquita, falando em nome do governo Sarney, afirmou que "os povos da floresta são tão soberanos quanto os demais brasileiros e garanto a todos que qualquer solução ou decisão sobre o problema das hidrelétricas do complexo de Cararaó-Altamira vai passar pelo Congresso Nacional e pelos demais órgãos federais responsáveis, como o Conama e pelas demais instâncias do comando ambiental no país". Segundo Fernando César, a realização do encontro "demonstra que os nossos povos indígenas continuam vivos em pleno gozo de suas prerrogativas legais, cabendo agora entrarmos num equilíbrio capaz de conciliar a geração de eletricidade com a preservação dos bancos genéticos e demais recursos naturais que até agora os nossos índios vêm salvaguardando para as atuais e futuras gerações".

Depois de algumas vaias — que Fernando César soube atenuar — o Encontro terminou com os índios erguendo suas bordunas e arcos num sinal de que haviam acreditado nas promessas do representante do presidente da República, explicou mais tarde Marcos Terena, um dos coordenadores do Encontro. A certa altura, perguntavam a Paulinho Paiaçã se os índios brasileiros seriam manipulados por imperialistas estrangeiros. Sua resposta: "Não são os índios que são manipulados, mas o país como um todo, o governo, pois como nossas autoridades

podem lutar contra a internacionalização do que já é internacional?" Ele se referia à denúncia de que mais de 52% dos 70 milhões de hectares de subsolo amazônico, com minério, pertencerem a empresas multinacionais de mineração; 144 grupos com 600 empresas distintas dotadas de alvará de lavra e mineração no norte do país.

"Comida de onça"

Às 14h30, depois que os índios já haviam se retirado do Centro Comunitário, começou a se repetir o que aconteceu no mais grandioso congestionamento de tráfego já ocorrido na Amazônia: uma passeata de mais de mil caminhões, máquinas de terraplenagem, carros particulares e viaturas pertencentes ao governo do Estado do Pará, IBDF, Consórcio Nacional dos Engenheiros Construtores, e empresas de consultoria em obras hidrelétricas. O cortejo durou cerca de duas horas e meia, reunindo entre 5.000 pessoas (cálculo do delegado Francisco França, responsável pelos quatro agentes da Polícia Federal que davam proteção às autoridades) e 10.000 pessoas, segundo estimativa da Associação Comercial e da UDR.

Fechando o cortejo, algumas dezenas de cavaleiros exibiam faixas e bandeiras da UDR.

João Batista da Silva, um dos pioneiros da Transamazônica, era um dos mais eufóricos manifestantes pró-hidrelétrica. Outro entusiasta era o comerciante Darwin Francisco Pinheiro, um paulista de Santo André que tem a esperança de que "em Altamira não se repita o que aconteceu em Tucuruí, onde a Eletronorte prometeu muito e nada fez de concreto para o povo. Aqui nós queremos que a energia hidrelétrica chegue antes de Cararaó estar pronta, já que Tucuruí fica a 300 quilômetros de distância". Pinheiro diz que os partidários da hidrelétrica desejam o crescimento para tratar "bem melhor esses bichos bons que são os índios, que eu considero muito importantes por já ter trabalhado na Funai durante dez anos". O fazendeiro Sérgio Rocha de Almeida, proprietário de 100 hectares, não escondia da imprensa internacional (mais de 150 cinegrafistas e enviados especiais gravando, filmando e documentando tudo) que sua esperança "é a de podermos ter indústrias capazes de acabar com o desemprego e com a miséria, pois se isto não acontecer, a lei da selva que aqui hoje reina, poderá virar a lei do inferno".

Rocha de Almeida garantia que o cartaz da UDR dizendo "Queixada que não anda em bando é comida de onça... filie-se à UDR" afixado em seu carro era apenas um simples lembrete desta lei implacável.

Randáu Marques